

TGR Subholding 2
S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da
TGR Subholding 2 S.A.
Maracanaú – Ceará**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TGR Subholding 2 S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 14 de junho de 2024 à 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TGR Subholding 2 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 14 de junho de 2024 à 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 10 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Júnior
Contador CRC CE-021967/0-5

TGR Subholding 2 S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado	Controladora	Passivo	Nota	Consolidado	Controladora
		31/12/2024	31/12/2024			31/12/2024	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	2	Fornecedores	7	3.790	-
				Partes relacionadas – outras contas a pagar	11	711	-
				Obrigações fiscais		80	-
				Obrigações trabalhistas		117	-
				Outras contas a pagar		22	-
				Obrigações com arrendamentos		8	-
Total do Ativo Circulante		6	2	Total do Passivo Circulante		4.728	-
				Outras contas a pagar		76	-
				Total do Passivo Não circulante		76	-
Investimentos Imobilizado	6	-	116.681	Patrimônio líquido	8		
	5	208.438	-	Capital social		107.196	107.196
				Adiantamento para futuro aumento de capital		9.375	9.375
				Transação de capital com acionistas		732	732
				Prejuízos acumulados		(620)	(620)
Total do Ativo Não Circulante		208.438	116.681	Total		116.683	116.683
				Participação de acionistas não controladores		86.957	-
				Total do patrimônio líquido		203.640	116.683
				Total do Passivo		4.804	-
Total do Ativo		208.444	116.683	Total do Passivo e Patrimônio líquido		208.444	116.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 2 S.A.

Demonstrações do resultado do período de 14 de junho a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Consolidado	Controladora
		14/06/2024 à	14/06/2024 à
	Nota	31/12/2024	31/12/2024
Despesas gerais ou administrativas	9	(808)	(11)
Outras receitas operacionais		18	-
Despesas operacionais		(790)	(11)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e		(790)	(11)
Despesas financeiras	10	(3)	-
Resultado financeiro		(3)	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	(609)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(793)	(620)
Prejuízo do período		(793)	(620)
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores		(620)	-
Acionistas não controladores		(173)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 2 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

do período de 14 de junho a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora
	14/06/2024 à	14/06/2024 à
	31/12/2024	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(793)	(620)
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	(793)	(620)
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	(620)	-
Acionistas não controladores	(173)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 2 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período de 14 de junho a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transação de capital com acionistas	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 14 de junho de 2024		-	-	-	-	-	-	-	-
Capital subscrito	8	107.196	(107.196)	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	8	-	107.196	-	-	-	107.196	-	107.196
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	6	-	-	-	-	-	-	87.862	87.862
Variação na participação societária	6	-	-	-	732	-	732	(732)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	-	9.375	-	-	9.375	-	9.375
Prejuízo do período		-	-	-	-	(620)	(620)	(173)	(793)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		107.196	-	9.375	732	(620)	116.683	86.957	203.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa do período de 14 de junho a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
		<u>14/06/2024 à</u>	<u>14/06/2024 à</u>
	Nota	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período		(793)	(620)
Ajustes para:			
Equivalência patrimonial	6	-	609
		<u>(793)</u>	<u>(11)</u>
Variações nos ativos e passivos			
Outros créditos		500	-
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		132	-
Fornecedores		(956)	-
Obrigações trabalhistas		80	-
Obrigações fiscais		18	-
		<u>(1.019)</u>	<u>(11)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(1.019)	(11)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aumento de capital em controladas	6	-	(9.363)
Aquisição de investimento, líquido do caixa adquirido	6	3	1
Aquisição de imobilizado	5	(96.215)	-
		<u>(96.212)</u>	<u>(9.362)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(96.212)	(9.362)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Emissão de ações de preferenciais resgatáveis	6	87.862	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	9.375	9.375
		<u>97.237</u>	<u>9.375</u>
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		97.237	9.375
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>6</u>	<u>2</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	6	2
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>6</u></u>	<u><u>2</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A TGR Subholding 2 S.A., (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 14 de junho de 2024, e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuam em empreendimentos no setor de energia renovável.

Sua controlada tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado EOL Ventos de São Rafael 07 e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento da Controlada possui 63 MW de capacidade instalada, está localizado no estado do Rio Grande do Norte e encontra-se em fase pré-operacional.

Capital Circulante líquido negativo (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2024, o balanço patrimonial consolidado da Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 4.722, parte significativa desse valor é referente ao saldo de fornecedores de obras e serviços, que será amortizado no curto prazo. A estrutura de financiamento para implantação do empreendimento foi integralmente centralizada no acionista controlador da Companhia, que em 10 de julho de 2024 celebrou contrato de financiamento no montante de R\$ 2.500.000, parcialmente desembolsado até 31 de dezembro de 2024. Portanto, os pagamentos dos títulos financeiros foram suportados por meio de aportes de capital efetuados pelo acionista controlador. O recurso já foi aportado no período subsequente, vide nota 14 – Eventos Subsequentes.

1.1 Descrição do empreendimento parcialmente controlado pela Companhia

Projeto Serra do Tigre (“TGR”)

O projeto encontra-se em fase pré-operacional e contempla a implantação de doze parques eólicos, do qual um é controlado pela Companhia. A capacidade instalada total do projeto é de 756 MW, do qual 63 MW são controlados pela Companhia. Esta capacidade é composta por 14 aerogeradores, do total de 168 aerogeradores modelo Vestas V150 4.5, previstos para o projeto. O empreendimento está localizado nos municípios de Picuí (PB), Currais Novos (RN), Campo Redondo (RN), Lajes Pintadas (RN) e Coronel Ezequiel (RN).

1.2 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

(a) Constituição da Empresa

Em 14 de junho de 2024, foi constituída por meio de sociedade limitada, a empresa de São Venceslau Energias Renováveis Ltda., deliberada com o capital social de R\$ 1, dividido em 1.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, pelos sócios da Sociedade: Casa dos ventos S.A (“CDV”) com 99,9% de participação e Ventos de Santa Silva Energias Renováveis Ltda. Com 0,1%.

(b) Mudança de estrutura societária e razão social

Em 08 de julho de 2024, deliberou-se em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a transformação do tipo societário da Ventos de São Venceslau Energias Renováveis Ltda., de sociedade limitada que passou a ser sociedade anônima de capital fechado, assim como a alteração da denominação societária para TGR Subholding 2 S.A.

(c) **Contrato de Compra e Venda de ações (“CCVA”)**

Em 30 de julho de 2024, celebrou-se a venda de ações dos acionistas Ventos de Santa Sílvia Energias Renováveis Ltda. e CDV para a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A (“São Rafael”), que passou a ser detentora de 100% das ações de TGR Subholding 2 S.A.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela diretoria em 10 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e sua controlada não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como não apresentam julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controlada e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listada a seguir:

Controlada	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento	% de participação no Patrimônio Líquido (a)
				31/12/2024	31/12/2024
Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.	São Tomé (RN)	18/03/2021	Pré-operacional	Controle direto	57%

- (a) A São Rafael, controladora da Companhia é a detentora da parcela residual de 43% do patrimônio líquido da Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2024.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “impairment”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada não transferem, nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: fornecedores, obrigações com arrendamentos, outras contas a pagar e partes relacionadas – outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024, o parque eólico da controlada encontrava-se em fase de implantação, portanto, não havendo a necessidade da análise de *impairment* a ser realizada pela Administração.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto

por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional De Energia Elétrica (“ANEEL”), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Arrendamentos

A Administração avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) durante o ano de 2024, quando iniciou a fase de construção do empreendimento.

Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 13,48% ao ano em 31 de dezembro de 2024.

Anualmente a Administração reavalia a taxa de desconto a ser aplicada no reconhecimento de novos contratos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e sua controlada operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada não possuem diferenças temporárias. A Companhia e sua controlada, optantes pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentaram imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.12 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia e sua controlada adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 14 de junho de 2024, data de constituição.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações individuais e consolidadas comparativas, pois a Companhia e sua controlada não possuem notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

- (b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) **Riscos pré-operacionais e operacionais**

Os riscos pré-operacionais e operacionais estão relacionados a, respectivamente, atrasos e outros fatores que podem prejudicar o processo de construção do parque eólico, e a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado.

A Companhia e sua controlada mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos durante as fases do empreendimento, incluindo contratos de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) **Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria e as aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de aplicação de caixa são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento do Grupo CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e na controlada. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis (“FIC Consolidador”).

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e sua controlada não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Companhia monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

Um risco de mercado importante incorrido e gerenciado pela Companhia é a exposição cambial decorrente dos investimentos (CAPEX) realizados para a construção de projetos de geração de energia. Essa exposição decorre, principalmente, da importação de equipamentos e contratos firmados em moeda estrangeira.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2024
Bancos conta movimento	6	2
Total	6	2

5 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024
Ativo de direito de uso	2,94% a 8,33%	8	(1)	7
Imobilizado em andamento	-	208.431	-	208.431
Total		208.439	(1)	208.438

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	Adição por aquisição	Adições (a)	Depreciação	31/12/2024
Ativo de direito de uso	-	8	(1)	7
Imobilizado em andamento	109.491	98.940	-	208.431
Total	109.491	98.948	(1)	208.438

- (a) Durante o período de 30 de julho a 31 de dezembro de 2024 a controlada apresentou adições ao ativo imobilizado que não tiveram efeito caixa relativas à capitalização de operações de arrendamentos e seguros, e provisões de medições de obras não faturadas em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 2.733.

6 Investimentos (Controladora)

a. Composição dos investimentos

Descrição	31/12/2024
Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.	116.681
Total	116.681

b. Movimentação dos investimentos

Controlada	Ações integralizadas	Equivalência Patrimonial	Aumento de capital em controlada	Transação de capital (a)	31/12/2024
Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.	107.195	(609)	9.363	732	116.681
Total	107.195	(609)	9.363	732	116.681

- (a) Durante o período de 30 de julho a 31 de dezembro de 2024 a Companhia incorreu no montante de R\$ 732 em transações de capital com a São Rafael, acionista controladora direta e indireta da Companhia e das investidas, respectivamente, decorrente da mudança de participação societária.

c. Reorganização societária

Em 30 de julho de 2024, o acionista da Companhia celebrou o aumento de capital, no montante de R\$ 107.195, mediante a emissão de 107.194.991 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por meio de contribuição de 100% das ações que a São Rafael detinha da Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

No exercício de 2024, a São Rafael, acionista não controlador, fez por meio de AGE, aportes em reserva de capital que totalizaram R\$ 87.862 na Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

A Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A. têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica EOL Ventos de São Rafael 07; e a comercialização de energia elétrica.

O acervo líquido integralizado pela São Rafael apresenta a seguinte composição:

TGR Subholding 2 S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Acervo líquido - Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.	30/06/2024
Ativo circulante	13.866
Ativo não circulante	96.231
Total do ativo	110.097
Passivo circulante	2.902
Passivo não circulante	-
Total do passivo	2.902
Acervo líquido	107.195

d. Saldos individuais

Controle direto	% Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido na data de aquisição	Resultado do período na data de aquisição até 31/12/2024
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024		
Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.	57%	208.442	4.804	204.914	(1.276)	107.195	(782)
Total		208.442	4.804	204.914	(1.276)	107.195	(782)

7 Fornecedores (Consolidado)

Descrição	31/12/2024
Fornecedores de obras e serviços (a)	3.790
Total	3.790

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou o registro de provisão para fornecedores de obras não faturadas no montante de R\$ 2.706.

8 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 107.196 em 31 de dezembro de 2024, representado por 107.195.991 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionista	31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
São Rafael	100%	107.196	107.195.991
Total	100%	107.196	107.195.991

Recibos de integralização

Durante o exercício de 2024 o acionista da Companhia efetuou aportes de capital mediante recibos de integralização no montante de R\$ 1.

Aumento de capital

Em 30 de julho de 2024, conforme AGE, a São Rafael subscreveu 107.194.991 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, que equivale ao montante de R\$ 107.195, integralizado mediante contribuição da totalidade da participação societária que detinha em ações ordinárias da Ventos de Santa Clotilde Energias Renováveis S.A.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2024, o acionista da Companhia efetuou aportes via adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 9.375.

9 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado	Controladora
	14/06/2024 à 31/12/2024	14/06/2024 à 31/12/2024
Compartilhamento de despesa (nota 11)	(791)	-
Taxa de manutenção com órgão regulador	(10)	(11)
Outras despesas	(7)	-
Total	(808)	(11)

10 Resultado financeiro (Consolidado)

Descrição	14/06/2024 à 31/12/2024
Despesas financeiras	
Tarifas bancárias	(3)
Resultado financeiros	(3)

11 Partes relacionadas (Consolidado)

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados do período, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2024
Passivo	711
Partes relacionadas – outras contas a pagar	
Transações de condomínio (b)	320
Compartilhamento de despesas a pagar (a)	391
Resultado	(791)
Despesas gerais ou administrativas	
Compartilhamento de despesas (a)	(791)

(a) Em 31 de dezembro de 2024 a controlada possuía contrato de compartilhamento de despesas firmado com a CDV, que possuía a finalidade de prestação de serviços administrativos.

(b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.

A CDV é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 08 de julho de 2024, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

12 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	2	2
Fornecedores	(3.790)	(3.790)	-	-
Obrigações com arrendamentos	(8)	(8)	-	-
Outras contas a pagar	(98)	(98)	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(711)	(711)	-	-
Total	(4.601)	(4.601)	2	2

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado.

13 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

14 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2025 e 28 de fevereiro de 2025 a controlada, por meio de AGE, emitiu 12.425.000 novas ações preferenciais resgatáveis, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante total de R\$ 49.700, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente pelo acionista não controlador São Rafael.